

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIEL OLIVEIRA DE ARRUDA

JÉSSICA MARIA DO NASCIMENTO

RITA DE CÁSSIA CONCEIÇÃO MENEZES DE LIRA

**Construção da identidade da pessoa negra no
Brasil: Uma visão psicossocial**

RECIFE, 2020.

GABRIEL OLIVEIRA DE ARRUDA

JESSICA MARIA DO NASCIMENTO

RITA DE CÁSSIA CONCEIÇÃO MENEZES DE LIRA

**Construção da identidade da pessoa negra no
Brasil: Uma visão psicossocial**

Artigo apresentado ao Centro
Universitário Brasileiro - UNIBRA, como
requisito para obtenção do título de
bacharel em psicologia.
Professor orientador: César Filipe da Silva
Oliveira.

RECIFE, 2020.

Construção da identidade da pessoa negra no Brasil: Uma visão psicossocial

Artigo aprovado como requisito para obtenção do título de bacharel em Psicologia, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Rita de Cassia P. Nóbrega

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)

Professor(a) Examinador(a)

Marcos de Oliveira

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)

Professor(a) Examinador(a)

Carla Rodrigues de Brito

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)

Professor(a) Examinador(a)

Recife, 17/06/2020

NOTA: 10,0

*Dedicamos esse trabalho
principalmente as nossas mães,
familiares, amigos e a todos que
contribuíram de forma positiva, direta
ou indiretamente em nossa formação.*

*Dedicamos como uma homenagem a
toda pessoa negra, como um tributo a
tudo o que sofreram e sofrem na
construção social da história do nosso
país.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pelo dom da vida e a capacidade que nos foi dada para construção deste trabalho. Agradecemos também aos nossos professores em especial nosso orientador César Filipe da Silva Oliveira.

Somos gratos a psicologia por nos permitir um olhar diferenciado para o outro, compreendendo sua subjetividade, seus desejos, seus mecanismos, comportamentos, percepção de mundo e assim possibilitado um olhar empático através desta lente.

Agradecemos o empenho e dedicação dos movimentos de luta, resistência e empoderamento negro, E por fim, e não menos importante agradecemos o apoio de nossas famílias e amigos.

*“tem que acreditar! A mãe da gente
sempre fala assim: por você ser preto,
você tem que ser duas vezes melhor,
aí passado alguns anos eu pensei,
como fazer duas vezes melhor se você
tá pelo menos 100 vezes atrasado,
pela escravidão, pela história, pelo
preconceito,
pelos traumas, pelas psicoses”*

(RACIONAIS M’C)

Sumário

1. Introdução	8
2. Referencial teórico	10
3 Delineamento metodológico	12
4. Resultados	13
5 Discussão	15
5.1. Um percurso histórico	15
5.2. Políticas Públicas de branqueamento na história do Brasil.	18
5.3. Racismo, preconceito e discriminação racial: efeitos sobre a construção da identidade negra.	20
5.4. Impactos da reconstrução da identidade na atualidade	22
6. Considerações finais	25
Referências	26

Construção da identidade da pessoa negra no Brasil: Uma visão psicossocial

Gabriel Oliveira de Arruda

Jéssica Maria do Nascimento

Rita de Cássia Conceição Menezes de Lira

Prof. Orientador: César Filipe da Silva Oliveira

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir acerca dos processos históricos, sociais e atuais, e seus possíveis efeitos sobre a construção da identidade da pessoa negra no Brasil, sobre a lente da psicologia social. Para tal, será abordado todo o processo histórico como período escravocrata a abolição no Brasil e entre outros momentos da história do povo negro nas terras brasileiras. Será apontada a falta de políticas públicas de planejamento de inserção social; as políticas de eugenismo; a relação entre a construção da identidade negra frente a manifestações sócio-históricas diversas; os impactos da aceitação desta identidade violentada por vários anos ao longo da construção do Brasil. Por fim, proferimos sobre o empoderamento que os negros, de pele escura, de etnia ou de características físicas, potencializando o conhecimento dessas estruturas racistas na nossa sociedade e assim possibilitando a estes indivíduos a habilidade de se colocarem frente a esses estigmas, perante o racismo estrutural. A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foi à pesquisa bibliográfica de autores principalmente negros e dedicados a produção de materiais relacionado.

Palavra chave: Negro. Psicologia social. Brasil. identidade.

1. Introdução

“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível. Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível. Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase. E o sofrimento alimenta mais a sua coragem” [Racionais Mc].

A psicologia social estuda o comportamento social na qual o indivíduo é influenciado socialmente, considerando que, cada indivíduo tem suas características distintas uns dos outros. Partindo desta compreensão entende-se a relação indivíduo x sociedade de forma histórica, desde quando seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência; até seus costumes,

valores e instituições necessárias para a continuidade da sociedade. Este trabalho é ancorado nesta perspectiva, onde iremos refletir acerca da formação da identidade do indivíduo, particularmente da pessoa negra, para isso será explorado o contexto sociocultural do negro no cenário escravista e de pós-escravidão, as repercussões destes períodos, chegando aos momentos mais atuais, e as políticas relativas ao empoderamento (LANE, 2017).

Assis (2017), afirma que o Brasil, entre os países do continente americano, foi o último a acabar com o trabalho escravo, o que levou as consequências danosas para a formação da nação e da identidade de seu povo, com resquícios destas condições nos dias atuais. Em outras palavras, este período histórico desencadeou séculos de racismo, que se sedimentaram na nossa sociedade através de um racismo estrutural, que afastam esse público dos espaços de poder e de produção de discurso. Circunscrever-se dentro de uma concepção da identidade negra no Brasil pode ser um processo longo, que permeia em um racismo estrutural, uma vez que os modelos ditos positivos da identidade negra são pouco valorizados e divulgados, se comparados aos modelos de pessoas brancas.

Neste ponto de vista, a escravidão não é apenas um fato do passado. Atravessamentos desse fato histórico, relativos a uma cultura escravista continuam mediando nossas relações sociais atualmente. Tais reflexos podem ser inferidos quando se percebem discrepâncias na ocupação dos postos hierarquicamente superiores de trabalhos, seja manual ou intelectual. Outra forma de perceber esse fenômeno é quando estereótipos sociais apontam certas habilidades específicas, para o negro como o samba; grande aptidão para esportes, em outras palavras, da ordem do entretenimento e nunca da competência das diversas ordens intelectuais. Todos esses apontamentos parecem-nos demonstrar a necessidade de discutir questões como preconceito e a discriminação racial, dado que mascarar ou fugir desses fenômenos, que permanecem presentes em forma de estruturação de identidade, esconder um problema social, é uma forma de não resolvê-lo (PINSKY, 2012).

Sendo assim, temos por objetivo geral, articular como os aspectos sócio-históricos relativos à construção da identidade da pessoa negra no Brasil repercutem sobre a vida cotidiana atualmente. Dessa forma, o presente artigo pretende obter esses intentos a partir de um levantamento da construção da

identidade da pessoa negra ao longo da história do Brasil colônia e república. Discutir como essa história do Brasil provoca efeitos sobre a construção da identidade negra em suas diversas manifestações. Debater acerca dos impactos da promoção da identidade negra no Brasil atualmente frente a questões relacionadas ao racismo, o racismo estrutural, o preconceito e a discriminação.

2. Referencial teórico

A subjetividade é uma definição que tem por objetivo elucidar a forma na qual o indivíduo elabora e organiza sentidos e significados na relação do indivíduo com a cultura, com a sociedade. Os indivíduos, ao fazerem parte de um grupo e reconhecerem-se nele, mesmo diferentes entre si, carregando um sentimento de singularidade que os constitui subjetivamente, compartilham também uma identidade com outros indivíduos, o que revela uma teia de intensa complexidade (FURTADO; PEDRO; ALVES, 2014).

Por vezes, identidade e subjetividade se confundem, porém este trabalho irá abordar concepções teóricas que se afiliam a construção de identidade, em específico a identidade da pessoa negra no território brasileiro. Para a Psicologia Social, a Identidade representa e concebem sentimentos a qual o indivíduo elabora uma perspectiva sobre si e que é constituída socialmente, perante particularidades do sujeito, que são levados em conta seus dados pessoais, historicidade, e relações sociais. O olhar para as relações sociais e o período histórico é de suma importância para refletirmos acerca dos padrões de identidade construídos (ALVES, 2005).

Ciampa (1977), nessa direção, sinaliza que cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Por essas questões é crucial, a compreensão das construções pelas identidades que se manifestam no sujeito, sendo necessário um olhar para o contexto e o tempo histórico vigente no processo de construção das posições de identidade, que atravessam sujeito e coletividade em que está inserido.

A formação pela identidade ocorre de forma relacional e constitui-se nas interações entre indivíduos ou grupos em diversos contextos sociais, essa identificação com um grupo social é um construto cognitivo, ou seja, estar

ligado à aquisição de conhecimento por meio da percepção. Verifica-se que, para reconhecer uma identidade, há indispensabilidade da existência de outra, em contraste ou oposição para que possa fazer a diferenciação e categorização, pois irá possibilitar a afirmação de um indivíduo em relação ao outro e de um grupo em relação a outros grupos, obtendo aspectos positivos de sua categoria de pertença promovendo mudanças para positivar-se, por entre movimentos sociais e as lutas políticas, buscar o reconhecimento e conquistar direitos iguais e a valorização étnica (TORRES; NEIVA e col.,2011).

E seguindo por essa linha de pensamento, o surgimento e a necessidade desses padrões sociais, trazem consigo benefícios e problemas na nossa sociedade, enquanto, de um lado provoca a possibilidade de continuidade de determinados valores sociais, de outro, traz problemas que atravessam a relação de diferentes grupos identitários, remetendo a questões ligadas a discriminação, preconceito e racismo que estão perpassando toda esta conjuntura (MUNANGA; GOMES, 2016).

Em relação ao preconceito, Coelho (2015), considera como uma manifestação rígida que promove a externalização de pensamentos e atitudes hostis em relação à diferença demarcada no outro. Ou seja, o preconceito é um conceito apressado, cultivado da opinião, antes de compreender o outro na sua alteridade. Dentre as várias formas possíveis de preconceito existe uma peculiar e que daremos ênfase neste trabalho, que se dirige a grupos definidos por suas características físicas ou fenotípicas supostamente herdadas: trata-se do preconceito racial.

Ainda segundo Coelho (2015), o racismo pode se configurar através de um mecanismo de discriminação que está inscrito na estrutura social, funcionando mesmo que não haja uma intenção direta por parte dos indivíduos. O racismo, se firma sob um processo de hierarquização, exclusão e também através do mecanismo de discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é estereotipada como distinta tendo base em alguma marca física externa, a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural que define padrões de comportamento.

Corroborando com essa definição, Malafaia (2018) afirma que, enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, a discriminação é a efetivação em forma de ações, podendo ser

considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Dessa forma, quando atravessamos esses conceitos, se faz notório uma estrutura socialmente não perceptível, que permite manter os negros em situação que a história sempre o conferiu, de inferioridade e exclusão, aspecto que se dirige a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele faz parte desse grupo.

O racismo estrutural faz parte de um processo histórico e político, que ocorre de maneira direta ou indireta, em que grupos denominados racialmente distintos sejam discriminados de forma sistemática. O uso da palavra “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição imutável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis. O racismo faz parte da ordem social, uma das poucas formas de combate é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas (ALMEIDA, 2018).

Por fim, podemos pensar e fazer uso desses constructos teóricos, para compreensão das questões relacionadas à condição da pessoa negra no Brasil, dado que a demarcação da cor da pele e seus traços, conforme citado, estará sempre atravessada pelos significados construídos historicamente na nossa sociedade. O racismo, em outras palavras, é exclusivo da pessoa negra, pois é o povo que tem como marca histórica o período escravocrata, em particular no Brasil foram mais de 300 anos de escravidão (ASSIS, 2017).

Essa construção sócio-histórica diante da pessoa negra no Brasil tem deixado marcas profundas na forma em que o negro é tratado atualmente. Essas tratativas perpassam questões relacionadas ao sucesso individual ou coletivo do negro, sendo assim, se faz necessário compreender que essa desigualdade está além do mérito ou sucesso individual das pessoas (MUNANGA; GOMES, 2016).

3 Delineamento metodológico

Para compreensão da questão anteriormente mencionada, foram realizadas pesquisas bibliográficas, o método bibliográfico compreende o estudo sistematizado desenvolvido baseado em livro, revista, internet, palestras e artigos. Todas as pesquisas fizeram uso dos seguintes descritores: psicologia

e identidade; psicologia social; preconceito; discriminação; racismo; racismo estrutural; história da escravidão no Brasil; construção de identidade; políticas públicas a pessoa negra; políticas afirmativas; movimento social negro e empoderamento. Tendo sido utilizadas nos seguintes portais de periódicos: Google Acadêmico e Scielo. A seleção do material utilizado foi realizada as seguintes etapas:

- a) leitura do título;
- b) seleção da primeira amostra através da leitura do resumo;
- c) seleção dos textos a serem utilizados a partir da leitura integral dos artigos;
- d) análise das referências em busca de artigos de renome para o tema, assim selecionando autores negros.

A seleção de cada uma das etapas foram realizadas a partir dos critérios que permitissem a aproximação da principal discussão do trabalho: explorar aspectos históricos, técnicos e interventivos da psicologia social, e que nas três primeiras etapas sejam compostas por artigos publicados a partir de 1968. Sendo aberta a exceção para obras de referência de autores reconhecidamente vinculados a área e temática que se pretende discutir.

4. Resultados

Para o desenvolvimento teórico deste trabalho, houve contribuições de vários autores, porém destacando-se na tabela abaixo os autores mais citados no decorrer da construção do discurso. O fator crucial para a escolha dos autores, serem de maioria negra, foi pela importância da perspectiva visionária perante as temáticas discursivas de suas obras, e a correlação com o tema abordado nessa produção.

Autor (ano)	Tipo de produção	Título	Contribuição para o TCC

Anna Beatriz do Nascimento Silva (2018)	Artigo	O Impacto do Colorismo no Feminismo Negro do Brasil.	Análise dos impactos causados pela miscigenação de raça durante a história do Brasil na organização e reconhecimento de mulheres negras atualmente.
Cláudio Vaz Torres/ Elaine Rabelo Neiva (2011)	Livro	Psicologia Social.	Este autor tem contribuição para o reconhecimento diversificado das identidades grupais e o processo da identidade individual.
Evelyn Dias Siqueira Malafaia (2018)	Artigo	A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra.	Reflexões da autora sobre o conceito de mestiçagem, democracia racial e o racismo.
Joice Berth (2019)	Livro	Empoderamento.	Traz conceitos como do empoderamento, que neste trabalho utilizamos de maneira mais ampla, apesar dela trabalhar especificamente com o empoderamento da mulher negra.
kabengele Munanga (2016)	Livro	O negro no Brasil de hoje.	Traz a importância sobre o estudo da história do negro no Brasil para o entendimento dos padrões sociais construídos e vivenciados na atualidade.
Luiz Luna (1976)	livro	O Negro na Luta contra a Escravidão.	Essa obra o teórico traz a tona as barbáries sofridas pelos negros brasileiros desde a formação do país até a atualidade, como uma forma de expor tais sofrimentos que acontecem desde a escravidão.

Maria Paula G. Meneses (2010)	Artigo	O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais.	A autora nesta obra reflete sobre as representações sociais como sendo construtoras de tratativas entre os indivíduos e assim articulou a superioridade do homem branco europeu e como essas construções repercutem nos dias atuais.
Petrônio José Domingues (2011)	Artigo	A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil.	Destaca uma junção de fatores na abolição da escravidão e como ocorreu esse processo.
Viviane Barboza Fernandes/ Maria Cecília C. C. de Souza (2016)	Revista	Identidade Negra Entre Exclusão e Liberdade.	Relata uma conjuntura de identidade social negra que é vinculado a vários pontos que se correlacionam entre exclusão e liberdade.

5 Discussão

5.1 Um percurso histórico

Durante os séculos XV E XVI a Europa era considerada como sendo o centro do mundo moderno, o homem europeu percebia-se como o mais civilizado e a sua cultura era entendida como a mais desenvolvida. Entendia ainda que, as formas de vida encontradas nesses novos locais, que não tivessem semelhança com a sociedade europeia, seriam consideradas como selvagens e que deveriam ser colonizados (MUNANGA; GOMES, 2016). Em outras palavras, o homem branco, na sua ambição e cobiça, passou a capturar e escravizar o homem negro, iniciando o comércio negreiro para sustento do regime escravagista (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

Para tratar do contexto brasileiro, precisa-se falar de Portugal, um dos impérios que adotou essa política colonizadora, que expandiu esse regime ao continente africano e por último a América. Portugal, adotou como parte integrante da sua estratégia governativa, a missão política de civilizar os povos indígenas (MENESES, 2010).

Ao instalarem as colônias no Brasil os portugueses perceberam a necessidade de ter trabalhadores, e que em primeiro momento esse papel foi atribuído aos índios encontrados. Porém, por não aceitarem facilmente as obrigações impostas pelos colonos portugueses e por não corresponderem aos requisitos para o trabalho na lavoura essa mão de obra começou a ser substituída pelos negros africanos (LUNA, 1968).

No entanto, nada disso foi aceito de maneira passiva pelo povo africano, pois a escravidão foi um processo de instituição perversa e cruel, a mão-de-obra negra africana era submetida a longas jornadas de trabalho, sem alimentação e condições de vida adequadas. A vida de um escravo era dura e marcada pela violência dos senhores e das autoridades coloniais. A relação entre escravos e senhores era regida pela dominação pessoal, além disso, eram aplicadas várias formas de castigo físico como, punição ao mau-comportamento ou à baixa produtividade, açoite no tronco uso de correntes e de muitos outros atos que visavam humilhar e violentar para com esse grupo (SILVA; VIEIRA, 2018).

O processo de abolição da escravatura no Brasil foi resultado de uma evolução longa, lenta e concluída por meio de muita mobilização popular. Nem mesmo durante o período pouco antes do fim da escravidão no Brasil esse cenário se arrefeceu, havendo uma junção de fatores para a chegada da abolição entre elas: Luta abolicionista realizada pelos próprios escravos; fugas e rebeliões; a colaboração de grupos abolicionistas no qual davam apoio aos escravos; a mobilização política da estipulada ala da sociedade brasileira. Houve também pressões internacionais para que o Brasil anulasse a exploração do trabalho, pois a escravidão já era vista como um atraso para o padrão civilizacional que se consolidava na segunda metade do século XIX e pelo fato da escravidão ser um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ainda assim, o Brasil foi um dos últimos países a efetivamente abolir esse modelo de exploração (MATTOS, 2006).

A princesa Isabel enquanto regente do Brasil foi a responsável por assinar a Lei Áurea em 13 de maio 1888, Lei Imperial de número 3.353., assinou o documento que garantiu a abolição da escravatura de maneira imediata e sem reparação. Aproximadamente 700 mil escravos obtiveram a sua liberdade. Mesmo com as leis que foram sancionadas antes da Lei Áurea, o Império não conseguiu, ou se preocupou, em elaborar um projeto razoável para assimilar gradualmente, os ex-escravos na sociedade, apenas concediam a liberdade, mas não meios para lidar com essa nova condição (MATTOS, 2006).

Em contraponto a Mattos (2006), Domingues (2011) Ressalta a abolição da escravatura não aconteceu por uma decisão de benevolência da princesa Isabel, mas sim, resultado de uma intensa movimentação popular, fez com que a monarquia brasileira adotasse esse movimento a contragosto.

Essa resistência no Brasil para o fim da escravidão trouxe reflexos na forma de que ela aconteceu. É percebido historicamente que não houve, nem antes nem depois de 1888 (com o advento da República) sequer um único projeto estatal que possibilitasse a integração dos negros libertos à sociedade e à economia brasileira da época (FERNANDES; SOUZA, 2016).

Sem acesso à terra e sem qualquer tipo de indenização por tanto tempo de trabalhos forçados, geralmente analfabetos, vítimas de todo tipo de preconceito, muitos permaneceram nas fazendas em que trabalhavam, vendendo seu trabalho em troca da sobrevivência, compondo uma população que vivia à margem das grandes aglomerações urbanas brasileiras. Referente aos negros que mudaram para as metrópoles, só sobraram os ofícios inativos informais, e o artesanato. Dessa forma, aumentou de modo considerável o quantitativo de vendedores ambulantes, empregadas domiciliar sem qualquer tipo de assistência e garantia; muitas das negras agora libertas eram tratadas como prostitutas. E sobre os negros que não estavam em situação de ruas passaram a morar, em míseros cortiços (DOMINGUES, 2011).

Assim, aqueles que resolveram não se submeter às regras dos senhores feudais e partiram para a cidade em busca de outras formas de sobreviver, levou a um outro reflexo social decorrente da falta de moradia digna: o surgimento das favelas, chamadas atualmente de comunidades, em que se destacam más condições básicas de sobrevivência. Resultando em um sistema

de marginalização, preconceito e as consequências que perduram até os dias atuais (FERNANDES; SOUZA, 2016).

5.2. Políticas Públicas de branqueamento na história do Brasil.

Com o final do período imperial e o início do Brasil república, Cruz (2017) enfatiza que, a elite intelectual brasileira preocupou-se com a construção de uma identidade racial nacional, principalmente ao deparar-se com uma massiva população negra e a miscigenação fruto da mistura entre brancos, negros e indígenas.

A aceitação social neste período histórico, tem se sustentado na chamada Pigmentocracia ou Colorismo, ou seja, quanto mais pigmentada a pele de uma pessoa, mais discriminada e excluída socialmente ela será. Dentro dessa perspectiva, ao longo do tempo, foram surgindo termos para classificar os chamados mestiços. Mulatos (filhos de brancos com negros), Cafuzos (filhos de negros com índios), Mamelucos (filhos de brancos com índios) (SILVA, 2018).

Essa expressão ou variação fenotípica da raça e identidade brasileira eram tidas por teóricos influentes da época como raças inferiores, um atraso para o processo de modernização do país, sendo considerada de uma forma patológica principalmente pela baixa expectativa de vida. No entanto, esse fenômeno de enfraquecimento, se deu pelas condições precárias de vida que essa população tinha contato com doenças e pouca condição econômica que, como já explicitado anteriormente pela maneira que a escravidão se findou e a ausência de políticas públicas para essa população (CRUZ, 2017).

Sendo respaldado pelas teorias racialistas do século XIX, propostas pelo francês Conde de Gobineau, e rapidamente incorporadas por intelectuais brasileiros, como Nina Rodrigues, Silvio Romero e Oliveira Viana. A elite brasileira sustentou que havia necessidade, para que o Brasil se tornasse uma nação, como um povo de uma única só raça predominante, aproximando a expressão racial daquela existente na Europa, da raça branca, considerada mais forte e mais bela, e por isso dominadora socialmente (SILVA; BATISTA, 2010).

Concernente a esta preocupação a elite intelectual brasileira criou medidas estratégicas de natureza eugenistas visando, conforme Silva (2017)

nos aponta, estagnar ou ao menos diminuir as influências dos traços negros na constituição da sociedade brasileira, em outras palavras, surgiu então um processo de tentativa de branqueamento da população.

Esse fenômeno do “branqueamento” ainda no período de república Silva (2018) aduz que, ocorreu de duas formas: a) a internalização dos padrões e costumes europeus; b) o clareamento visível no fenótipo e cor da pele de determinada população. No Brasil, esse processo ocorreu através das duas formas, a partir das políticas de incentivo à vinda de imigrantes, após o fim jurídico da escravidão do povo negro.

Dessa forma, aos poucos, esses dois pontos se desdobraram em outras áreas da nossa sociedade, sendo inserido o modelo ideal representado pelo branco, desde as mais diversas esferas do comportamento do negro passando pelos hábitos, tradições, costumes, e até mesmo pela estética. De um lado o padrão de beleza europeia era propagado no seio da sociedade brasileira como em anúncio de alisantes e cremes clareadores que prometiam a suposta elegância, felicidade e a realização. Do outro lado, o impulsionamento a vinda de imigrantes europeus se dava para estimular processo de branqueamento da sociedade, com o propósito de excluir o traço negro de todas as esferas da sociedade (SILVA; BATISTA, 2010).

Uma outra manifestação política importante a ser debatida foi a democracia racial, a ideia de que no Brasil o fim da escravidão se deu de forma pacífica, contribuiu para o ideal de uma democracia racial, onde não há tratamentos diferentes. A democracia racial surgiu com o intuito de estabelecer a convivência harmônica entre negros e brancos. Este termo de democracia racial esteve ligada ao forte sentimento nacionalista predominante no país e seguiu ganhando destaque em períodos de ditadura militar ao longo das décadas de 60 e 70, promoveu o mito que trazia uma falácia sobre uma suposta relação harmônica entre brancos e negros, onde até as divisões de recursos e oportunidades eram divididas de formas iguais, ou seja, não existia naquela sociedade racismo (SANTOS, 2009).

No entanto, tendo em vista todo o desfecho da escravidão, não há como negar que houve no Brasil uma segregação social. A forma como os negros foram tratados; gerou consequências que se estenderam para além da

escravidão, fazendo com que seus descendentes também viessem a sofrer discriminação e preconceito (SILVA; VIEIRA, 2018).

Ou seja, Autores como Malafaia (2018) especulam, que tal propagação foi uma fantasia, cuja verdadeira função consistia em esconder a prática errônea do branqueamento da população, portanto, do extermínio físico, simbólico e cultural do negro. Este processo teve como finalidade melhorar o país e o levá-lo a ascender mundialmente a partir do clareamento de sua população.

Em resposta, o campo majoritário do movimento negro no Brasil na década de 70, frente a essa política, buscou, sobretudo através do campo da arte com o destaque para a escrita, criar aquilo que se chamou de consciência negra, demonstrando características tanto biológicas quanto um resgate das origens culturais dos indivíduos negros (ASSIS, 2017).

Diante do que foi exposto sobre as políticas públicas de natureza eugenista para com o negro no período do Brasil república, faz-se notório um processo de desvalorização e de agressão da origem étnica e cultural desses afrodescendentes, levando a criação de vários mecanismos sociais que viessem a diminuir a influência desses traços e cultura na formação da população brasileira. Tal pensamento permeia o nosso funcionamento social atual, mas agora transmutado de outras formas: falar das barbáries sofridas por essa comunidade e das oportunidades historicamente negadas são associadas a um “vitimismo”, explicitando-se um falso discurso de que as oportunidades são iguais para todos, pois todos têm dificuldades no Brasil, país subdesenvolvido, substituindo, ou melhor, afastando-se da discussão racial para em favor de questões socioeconômicas. Dessa forma, não existiria racismo no Brasil e não precisa ser um problema do qual precisamos falar ou resolver, fazendo com que o reconhecimento e empoderamento da identidade negra no Brasil sejam um processo extremamente sofrido e doloroso na atualidade brasileira.

5.3. Racismo, preconceito e discriminação racial: efeitos sobre a construção da identidade negra.

Historicamente o olhar do mundo ocidental “branco”, referente à pessoa negra, perpassou um processo histórico-social baseado pela cor da pele que levou erroneamente a criação de diferenciações sociais entre o negro e o

branco. Através desta concepção racista e discriminatória, esse povo se tornou vítima das piores tentativas de desumanização, onde foram violentamente arrancados de suas origens (PANTA; PALLISER, 2017).

Pais e familiares que vivenciaram e internalizam ideias negativas sobre o fato de ser negro, podem correr o risco de transmitirem essas ideias aos filhos, contribuindo para a permanência do estereótipo e do preconceito. Caso a criança negra em seu desenvolvimento conviva em âmbito familiar ou social que reforce tais ideologias negativas sobre ser negro, poderá internalizar e os toma como verdadeiros. Isso provavelmente fará com que ela não questione durante sua vida as representações que lhes são atribuídas, e assim, possivelmente reproduz esses valores negativos (SILVA; VIEIRA, 2018).

Logo, a conjuntura da identidade social negra é vinculada a vários pontos que estão estigmatizados na sociedade. Isso significa dizer que, existe uma cadeia de fatores históricos, ligados a movimento escravocrata aos povos de origem africana e a tardia abolição da escravidão a qual foi realizada de maneira irresponsável, pois não se preocupou em inserir os ex-escravos na educação e no mercado de trabalho, enfatizando desemprego e subemprego permanentes, rotulados aos negros, no sistema capitalista pela cultura econômica (FERNANDES; SOUZA, 2016).

Articulando a psicologia social, a partir da sua vertente social crítica, terá o compromisso de dar visibilidade às desigualdades sociais, às ideologias que estigmatizam e oprimem as minorias, e de construir um conhecimento que possibilite sua articulação com as políticas públicas, levantando as prioridades, assinalando os não cumprimento dos direitos humanos em todas as esferas de atuação do ser humano (LAGES; et al., 2013).

Corroborando com isso Nascimento (2016) pontua que o cenário racista não mudou, só foi mascarado na sociedade a partir de um construto cognitivo ligado ao nosso processo de conhecimento, em que por meio da nossa percepção diferenciamos e categorizamos, com intuito de organizar as informações recebidas pelo meio no processo cognitivo. Formam-se os estereótipos, esses estereótipos criam imagens mentais que guiam uma idealização e generalização de grupos tidos como diferentes, incluindo as aparencias físicas e traços de personalidades. Assim, podemos evidenciar que as distinções relacionada ao racismo fazem parte de uma suposição irracional

da superioridade de um grupo racial sobre outro, e juntamente sobre a crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual próprios. Gerando exclusão, desigualdade social e hostilidade, baseada em uma estrutura de poder e dominação contra a etnia do grupo como menos favorecidos (TORRES; NEIVA e col., 2011).

Segundo Negrão (2013) estereótipo é o primeiro gatilho onde as manifestações começam a surgir através do racismo, preconceitos e discriminação. Esse fenômeno pode ocorrer desde um nível quase imperceptível, sutil ou de forma descarada. Podemos observar esses traços em produções infanto-juvenis através de demonstrações estereotipadas e discriminatórias a figura do negro, onde os príncipes e mulheres indefesas são sempre brancas, no qual traços eurocêntricos são valorizados, enquanto o negro sempre é retratado como subalterno ou vilão, sendo comum, essas pessoas são atribuídas e tachadas por características pejorativas. Na mídia podem ser percebidos em novelas e séries, onde o “bandido” é negro, os trabalhos braçais são dos negros, o negro é colocado como incapaz tecnicamente e como cidadão.

Por outro lado, a ausência de consideração aos quais os sujeitos negros são submetidos, por conta do racismo estrutural e individual, trazem consequências somáticas diversas, como a depressão, o alcoolismo, a ansiedade, a auto depreciação, síndrome do pânico e entre outras afetações, aspectos que melhor discorreremos a partir do tópico seguinte (FERRAZ; SARDINHA; LEMOS, 2019).

5.4. Impactos da reconstrução da identidade na atualidade

Com tudo que foi citado acima, desde como ocorreram os processos históricos do povo negro e de sua cultura até os dias atuais, partindo de que outrora eram homens livres em suas terras e que podiam gozar de sua liberdade, mas foram submetidos a um olhar europeu, atravessados por uma concepção de supremacia branca, que desvalorizavam as suas manifestações culturais e seus aspectos físicos, se faz notório um processo extremamente agressivo ao africano nas terras brasileiras escrita em sua cor de pele (SILVA; NERIS, 2009).

Permitir a construção de uma identidade negra, no Brasil, como propõe o Movimento Negro, é uma tarefa que não é fácil, pois os negros foram atravessados por um processo de desvalorização, a um nível étnico e cultura.

Porém, essa construção requer a contribuição das diferenças individuais e coletivas em relação ao outro. A consequência é que os negros por vezes acabam tendo o branco como espelho na formação do seu ego (FERNANDES, 2016).

Segundo Berth (2019) um dos mecanismos para o indivíduo se sobressair desse estigma é saber o poder que ele tem, independente de fazer parte do grupo das minorias ou não. e fornecer habilidade para com que esse negro venha se empoderar. Empoderar é pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas rompendo seus paradigmas herdados. O empoderamento é muito mais um movimento de resposta intensa e assertiva ao estímulo externo do que ao contrário. Embora receba estímulos externo como nas diversas ciências é uma movimentação interna que tem como intuito uma tomada de consciência ou um insight de diversas possibilidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema racista.

No ano de 1978, surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), lançado em 7 de julho, com uma carta aberta à população em protesto contra a morte de um operário negro em São Paulo. Em 1979 esse movimento passou a chamar Movimento Negro Unificado (MNU), a criação do MNU parece ter sido a responsável pela noção atual que se tem de movimento negro, dado que influenciou muitos dos movimentos que surgiram depois dele. A Frente Negra Brasileira criada em São Paulo, no ano de 1931 foi uma resposta ao mito da democracia racial, e realizou os primeiros estudos científicos sociais para denunciar a posição do negro na sociedade paulista da época (SILVA; VIEIRA, 2018).

Sendo assim, os movimentos negros, que surgiram no século XX, tiveram por objetivo a superação do racismo e da discriminação racial, o rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e as negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares da sociedade (GOMES, 2017). O autor continua e afirma que se não fosse à luta do movimento negro, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido.

Tanto o movimento social negro e MNU são considerados por Gomes (2017) um movimento educador, pois, gera um novo conhecimento que não apenas contribui na luta da igualdade social, como coopera para que a sociedade em geral se aproprie desse conhecimento. É composto por vários coletivos que lutam contra a discriminação, a falta de oportunidade, a ascensão social negra no Brasil. É, sobretudo, o conjunto de várias vozes, várias ideias, basta se engajar ou falar de negritude que estará fazendo parte de algo relacionado ao movimento social negro em busca de uma ação afirmativa.

Ação afirmativa é, em suma, um conjunto de políticas públicas que tem o intuito de proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminadas no passado. As ações afirmativas têm por objetivo remover barreiras, formais e informais que estejam interferindo o acesso destes grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança, a efetivação dessa política, vai atuar incentivando as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de acender a posto de comando (OLIVEN, 2007).

A luta que o povo negro empreendeu durante anos deve ser reconhecida como fator principal para o reconhecimento de sua dignidade, em que a própria inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal e a Lei de nº10.639/2003 (SILVA; VIEIRA, 2018).

A Lei de nº10.639/2003 da Constituição Federal do Brasil (1988) tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país de ensino básico. Segundo Pereira (2016) este avanço foi possível, através das articulações estabelecidas, especialmente a partir dos anos 1980, entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e/ou organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal.

É possível notar que através das afirmações de Pereira (2016), e Oliven (2007), que a luta empreendida pelo movimento negro na conquista de seus direitos, aos poucos, vem gerando resultados. As políticas de ações afirmativas como um ponto importante desses resultados, permitiu ao jovem negro o acesso à educação superior, o que se acredita ter contribuído para uma mudança de pensamento sobre sua representação na sociedade brasileira.

O movimento negro também é responsável por trazer a arte, a corporeidade, o cabelo crespo, as cores da África para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade. O movimento é o Principal protagonista para que as ações afirmativas se transformassem em questão política, social, acadêmica e jurídica em nossa sociedade, compreendidas como políticas de correção de desigualdade racial desenvolvida pelo Brasil. Sendo assim, implantar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar personalidades emblemáticas, na mídia, nas novelas, escritores, artista em geral para que sirvam de exemplo às gerações mais jovens mostrando que elas podem ascender em qualquer âmbito da sociedade, pois terão oportunidade. Ou seja, pode-se perceber nos últimos anos, que a representação social do negro, aos poucos, vai se firmando de forma positiva (PEREIRA, 2016).

6. Considerações finais

Com base na análise de recortes históricos detalhados ao longo desta produção textual, concluímos que, se faz notório que a pessoa de pele escura nos primórdios da descoberta do Brasil foi tão prejudicada e ferida internamente e externamente. Feridas essas, que provocaram uma desvalorização relacionada a ser negro. O sofrimento desses indivíduos é um reflexo direto de um país construído por meio da normalização da violência, preconceito e racismo, onde permeia resquícios fortemente nos dias atuais, como vimos nas políticas de eugenismo dessa população na história do Brasil. Por essas questões alguns negros são induzidos a não aceitação de seus traços, ou seja, da sua identidade negra.

Falar sobre racismo é não apagar ou negar a história que um dia foi realidade desse país, mas sim, um motivo para se ter orgulho de se aceitar como se é, quando conhecemos nossas origens e passado, nos empoderarmos e assim alteramos a história que está sendo escrita a cada dia. Ser branco ou preto não é adjetivo para definir pessoas ou colocá-las em padrões, inferiores ou superiores. Contemporaneamente essas tratativas têm sido reinventadas, apesar de vivermos num país com traços de racismo ainda tão enraizados. É perceptível a positivação nas novas formas de construção da

identidade de todos, através das lutas do movimento negro que veio buscar reconhecimento e ascensão da pessoa negra. Porém, mesmo com tantas políticas de reparação e movimentos sociais de desconstrução, ainda hoje dificulta o negro ser empoderar, pois ainda está escrito na sua pele toda a construção desvalorativa que o mesmo foi submetido historicamente.

Sendo assim a psicologia social traz à tona questões do cotidiano saturadas no senso comum para uma discussão científica, percebendo que fatores históricos influenciam o funcionamento da sociedade de forma tanto positiva e quanto negativa, favorecendo e não favorecendo certos grupos, e que esses construtos sócios históricos do coletivo podem afetar e adoecer o externo e o individual. A psicologia contribui para um olhar de não culpabilização e sim de desconstrução, fornecendo aos indivíduos habilidades de se perceberem atuante dentro de um sistema adoecido pelo racismo. E construindo com um olhar de valoração; intervenção se dá na tomada de consciência que não é culpa do negro o racismo e sim do outro. Além disso atuará em um fortalecimento egóico para com este sujeito frente às demanda do social para com ele.

REFERÊNCIAS

ALVES, P.W.J. **O estudo da identidade no âmbito da psicologia social brasileira.** Revista Uniara, n.16, p.110-111. 2005.

ALMEIDA, L.S. **O que é racismo estrutural.** Coleção feminismos plurais, Belo Horizonte. Letramento, p. 36-40, 2018.

ASSIS, D.N.C. **Corpos negros e representação social no Brasil:** uma discussão e raça. Revista da ABPN. V.9, N.21, p,123-134, 2017.

BETH. J. **Empoderamento.** Coleção: Feminismos plurais 1º Ed. 2019.

BRASIL. Lei . 10.639, de 09 de janeiro de 2003 novas diretrizes e bases da educação o para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. **Portal da legislação**, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso: 06/06/2020.

CIAMPA, A. C. **A identidade social e suas relações com a ideologia.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

COELHO, W.N.P; SILVA, C.A.F. **Preconceito, discriminação e sociabilidade na escola.** Vol.10, N.20, p. 687-705, 2015.

CRUZ, J. T.; MARTINS, P. **Colorismo e embranquecimento na rede: o racismo e a tentativa histórica de apagar a ancestralidade africana.** Sn, Paraná, v. , n. , p.01-24, mar. 2017.

DOMINGUES P.J. A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**, p.19-48, 2011.

FERNANDES. M. **O lugar do negro: o negro no seu lugar.** Instituto multidisciplinar, UFRRJ Campus Nova Iguaçu - Rio de Janeiro, 2016.

FERNANDES, V. B; SOUZA, M. C. C. C. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 103-120, 2016.

FERRAZ, T. R; SARDINHA, L S; AQUINO L, V. As interferências da branquitude no processo de construção das identidades cultural, social e individual dos sujeitos negros. **Revista Pesquisa e Ação**, v. 5, n. 1, p. 93-108, 2019.

FURTADO, M. B.; PEDRO, R. L. S.; ALVES, C. B. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural.** Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, i. 2 , n. 1, p. 10 -115, abr. 2014.

GOMES, N. L . **O movimento negro educador:saberes construídos nas lutas por emancipação.** Editora Vozes LTDA, Petrópolis, RJ. 2017.

LAGES, S. R. C. *et al.* Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2014.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** Editora e livraria Brasiliense. São Paulo, 2017.

LUNA, L. **O Negro na Luta contra a Escravidão.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1968.

MALAFAIA, E.D.S. **A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra.** 2018.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z.M.N. **Antropologia uma introdução.** 07. Ed.São Paulo: ATLAS S.A, 2010.

MATTOS, H. **Remanescente das comunidades dos quilombos memória do cativo e políticas de reparação no Brasil.** Revista USP 2006.

MENESES, M. P. G. "O 'indígena africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais." *e-cadernos CES 07* (2010).

MUNANGA, K.; GOMES, N.L. **O negro no Brasil de hoje** - 2. ed. - São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Perspectiva SA 2016.

NEGRÃO, E. V. A discriminação racial em livros didáticos infanto-juvenis. **Cadernos de pesquisa**, p. 86-87, 2013.

OLIVEN, A. C. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades**: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação, vol. XXX, pp. 29-51 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre. 2007.

PANTA, M.; PALLISSER, N. “Identidade nacional brasileira versus identidade negra”: reflexões sobre o branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, p. 116-117, 2017.

PEREIRA; A.A. **O movimento negro brasileiro e a lei nº10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação**. Revista contemporânea de educação, vol. 11, n 22. 2016.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. 21. Ed. - Editora, contexto. São Paulo, 2012.

SILVA, A. B. N. **O impacto do colorismo no feminismo negro do Brasil**. Caderno Humanidade em Perspectiva, [s.i.], v. 4, n. 2, p.57-61, 2018.

SILVA, D.A.M; BATISTA, R.L. A formação das teorias raciais no Brasil. **Cadernos, Plano de Desenvolvimento da Escola**, vol. I. 2010.

SILVA, T. M. G. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 201, 2017.

SILVA, N. B.; VIEIRA, R. F. **Além da cor da pele**: uma análise psicossocial acerca da formação da identidade negra no Brasil. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 3, n. 6, jul./dez. 2018.

SILVA. S.; NERIS, N. **Ideologia do branqueamento, ideologia da democracia racial e as políticas públicas direcionadas ao negro brasileiro**. Revista Urutágua, n. 19, p. 173-187, 2009.

TORRES, C.; NEIVA, E. e col. **Psicologia Social**: Principais temas e vertentes. São Paulo: S.A, 2011.